RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Quarta-Feira, 25 de Novembro de 2026

Policial militar é preso em operação contra esquema de garimpo ilegal e lavagem de capitais em Mato Grosso

Operação Jogo do Ouro desarticulou organização criminosa envolvida em mineração ilegal, com bens bloqueados em até R$ 400 milhões

A Polícia Federal executou nesta quarta-feira (25) a Operação Jogo do Ouro, com o propósito de desmantelar uma organização criminosa dedicada à extração e comercialização clandestina de ouro, além de práticas de lavagem de capitais e delitos associados.

A operação contou com a participação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público Federal em Mato Grosso (GAECO/MPF-MT) e apoio da Receita Federal do Brasil.

Sob decisão da 7ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária de Mato Grosso, foram expedidos 32 mandados de busca e apreensão distribuídos entre os municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Poconé, Nossa Senhora do Livramento e Rondonópolis em Mato Grosso, além de Alta Floresta, Diadema e São José do Rio Preto em São Paulo.

A ação incluiu ainda a expedição de quatro mandados de prisão preventiva, sendo um deles direcionado a um integrante da corporação militar em atividade. Foram igualmente aplicadas medidas cautelares diversas, compreendendo sequestro, arresto e congelamento de bens, direitos e valores que chegam a R$ 400 milhões.

As medidas restritivas atingem trinta e cinco pessoas e entidades jurídicas, incluindo propriedades urbanas e rurais, automóveis, embarcações, aeronaves, ativos digitais, participações societárias e rebanhos.

As apurações iniciaram em fevereiro de 2026, quando diligências em um banco de Várzea Grande resultaram na apreensão de aproximadamente R$ 200 mil em numerário e documentos de crédito.

Durante o prosseguimento da investigação, com autorização judicial para análise de registros financeiros, identificou-se movimentação de recursos desproporcional aos bens declarados pelos suspeitos, somando mais de R$ 400 milhões no período examinado.

Conforme as investigações, a organização procedia à aquisição de ouro extraído irregularmente em garimpos localizados em Mato Grosso, inclusive próximo às Terras Indígenas Sararé e Munduruku, implementando estruturas para dissimular a procedência do minério e dos ganhos auferidos.

Identificou-se também a utilização de empreendimentos comerciais variados para transferência de fundos, realização de saques em dinheiro vivo e redistribuição de recursos para terceiros, acompanhado pelo deslocamento do ouro entre estados para sua comercialização.

As investigações revelaram ainda a operação de instalação ilícita para processamento do minério e negociações para escoamento irregular da commodity para o exterior.

As provas coletadas demonstram a participação de um policial militar em atividade, ocasionando sua remoção cautelar das atribuições funcionais e a suspensão de seu direito de portar armamento.

A Receita Federal colabora na execução das determinações judiciais para identificar possíveis violações de obrigações fiscais relacionadas aos investigado.

Os comportamentos identificados podem configurar, em princípio, ilícitos como usurpação de patrimônio federal, mineração clandestina, associação para fins criminosos, dissimulação de origem de bens, receptação, corrupção administrativa, quebra de confidencialidade funcional, favorecimento indevido, omissão de dever, transporte e comercialização não autorizada de munições, além de infrações ao regime tributário.